

## QUESTÃO AGRÁRIA: CAMPESINATO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO CAPITALISMO<sup>1</sup>

### AGRARIAN ISSUE: PEASANT AND AGRICULTURE DEVELOPMENT IN CAPITALISM

### CUESTIÓN AGRARIA: CAMPESINADO Y DESARROLLO DEL AGRICULTURA EM EL CAPITALISMO

Valmir José de Oliveira Valério<sup>2</sup>

*valjvalerio@yahoo.com.br*

**RESUMO:** Na agricultura, o desenvolvimento do capitalismo faz com que o campesinato tenha a sua existência constantemente ameaçada, uma vez que as relações capitalistas fazem pesar sobre estes os problemas e conflitos decorrentes de um processo permanentemente atualizado entre capital e trabalho, possível de ser analisado por meio do conceito de questão agrária. Nesse sentido, este artigo busca analisar alguns dos principais elementos teóricos e conceituais deste processo, sobretudo quanto ao caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo. Para isso, foram utilizadas algumas das obras de referência para o debate, com destaque para as contribuições de Kautsky (1980), Lênin (1985), Luxemburg (1985) e Chayanov (1981). Em conjunto, estas obras oferecem subsídios para a análise e compreensão de problemas que, até os dias de hoje, mantêm a questão agrária como um processo imprescindível para o entendimento da evolução do capitalismo no campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão agrária. Campesinato. Agricultura capitalista.

**ABSTRACT:** In agriculture, the development of capitalism causes the peasantry to have its existence constantly threatened, since capitalist relations weigh on these problems and conflicts arising from a permanently updated process between capital and labor, which can be analyzed through the concept of an agrarian issue. In this sense, this article seeks to analyze some of the main theoretical and conceptual elements of this process, especially regarding the contradictory nature of the development of capitalism in the countryside. For that, some of the reference works for the debate were used, with emphasis on the contributions of Kautsky (1980), Lenin (1985), Luxemburg (1985) and Chayanov (1981). Together, these works offer subsidies for the analysis and understanding of problems that, until today, keep the agrarian question as an essential process for understanding the evolution of capitalism in the countryside.

**KEYWORDS:** Agrarian issue. Peasantry. Capitalist agriculture.

**RESUMEN:** En la agricultura, el desarrollo del capitalismo hace que el campesinado tenga su existencia constantemente amenazada, ya que las relaciones capitalistas pesan sobre estos problemas

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado a partir dos resultados da tese de doutorado do autor.

<sup>2</sup> Professor, geógrafo e doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente/SP. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

y conflictos derivados de un proceso permanentemente actualizado entre capital y trabajo, que se puede analizar a través de el concepto de cuestión agraria. En este sentido, este artículo busca analizar algunos de los principales elementos teóricos y conceptuales de este proceso, especialmente en lo que respecta al carácter contradictorio del desarrollo del capitalismo en el campo. Para ello, se utilizaron algunas de las obras de referencia para el debate, con énfasis en los aportes de Kautsky (1980), Lenin (1985), Luxemburg (1985) y Chayanov (1981). En conjunto, estos trabajos ofrecen subsidios para el análisis y comprensión de problemas que, hasta el día de hoy, mantienen la cuestión agraria como un proceso fundamental para comprender la evolución del capitalismo en el campo.

**PALABRAS CLAVE:** Cuestión agraria. Campesinado. Agricultura Capitalista.

## INTRODUÇÃO

Os debates em torno da questão agrária trazem em si os problemas e conflitos decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, com especial atenção para o destino das populações camponesas nesse contexto. Elaborada por intelectuais engajados na causa revolucionária do final do século XIX e início do século XX, a questão agrária traz à tona elementos e contradições que corroboram para a compreensão do confronto entre diferentes dinâmicas, fomentadas por processos sociais e econômicos ora complementares, ora antagônicos.

Por sua vez, este artigo tem por objetivo analisar os principais elementos componentes da questão agrária enquanto processo intrinsecamente contraditório de desenvolvimento, sobretudo no que se refere à lógica de produção e reprodução camponesa a partir da penetração das relações tipicamente capitalistas. Para a realização deste debate, apresento um breve resgate acerca de algumas das obras que compõem o substrato teórico e conceitual da análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, com especial atenção para as contribuições de Kautsky (1980 [1898]), (Lênin 1985 [1899]), Luxemburg (1985 [1913]) e Chayanov (1981 [1924]).

Em que pese a existência de diferentes leituras e entendimentos, em conjunto, estas obras colaboram de maneira decisiva para a compreensão de problemas e conflitos que, ainda hoje, materializam a questão agrária como um processo conflitivo permanentemente atualizado entre capital e trabalho.

Isto posto, na primeira parte, apresento o debate acerca dos significados das formas não capitalistas de agricultura no contexto da expansão das relações capitalistas. A partir daí,

é possível compreender o desenvolvimento contraditório responsável tanto pela imposição de obstáculos para a produção camponesa, quanto pela produção de condições para a sua reprodução. Em seguida, analiso como a evolução do capitalismo resultou no processo de diferenciação do campesinato, internamente ao qual a existência camponesa se realiza de maneira subordinada.

Posteriormente, apresento os elementos teóricos e conceituais que embasam a compreensão do processo de acumulação do capital, assim como da economia familiar camponesa, trunfo principal para a manutenção do modo de vida camponês. Finalmente, concluo com uma análise de conjunto acerca do desenvolvimento do campesinato na agricultura capitalista.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA E O CARÁTER CONTRADITÓRIO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO**

De fundamental importância para a realização dos estudos agrários contemporâneos, a questão agrária formulada por revolucionários urbanos na passagem do século XIX para o século XX, colocou em destaque o posicionamento político do campesinato europeu no âmbito do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. Com isso, questionavam o quanto a penetração das relações capitalistas contribuiria para o desaparecimento da propriedade rural pré-capitalista e, sobretudo, se haveriam aí elementos para a consolidação de uma aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade. Nesse contexto, a questão agrária dizia respeito à política de transição capitalista na agricultura, mais especificamente em relação a como o campesinato atuaria frente às transformações que se anunciavam no campo (MCMICHAEL, 2016).

Devido à relevância da obra para a compreensão do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, inicio as reflexões com a análise do livro “*A Questão Agrária*”<sup>3</sup>, de Kautsky (1980 [1898]). Neste estudo, o autor busca compreender o papel das formas não capitalistas de agricultura em relação à sociedade capitalista que se consolidava, com a indústria como indutora do processo que levaria o campesinato tradicional a sucumbir frente a imposição

---

<sup>3</sup> Escrito no ano de 1898 em meio aos debates travados pela Social Democracia alemã sobre a posição do partido diante dos camponeses.

das novas relações. Seus argumentos buscam demonstrar as dificuldades da agricultura camponesa no âmbito do desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Assim, a grande exploração capitalista seria portadora dos elementos que permitiriam a ascensão e o predomínio das grandes cooperativas agrícolas socialistas, posto que, de acordo com o autor, a coletivização não seria efetivada pelo parcelamento do solo característico do campesinato. Portanto, apenas por meio da experiência concreta da proletarização seria possível aos camponeses vivenciar a organização coletiva que prepararia a definitiva eliminação da propriedade privada e das formas individuais de exploração da terra. Importante destacar que, no entendimento de Kautsky (1980 [1898]), o desaparecimento do campesinato, assim como das formas capitalistas de produção, está condicionado à ascensão das grandes explorações agropecuárias, na esteira da efetivação da revolução socialista e não como um prognóstico inevitável e definitivo<sup>4</sup>.

De tal modo, a sua obra contribui especialmente para o entendimento do caráter fundamentalmente contraditório do desenvolvimento capitalista no campo que, concomitantemente à eliminação das relações não capitalistas camponesas, permite a sua recriação para, em seguida, subordiná-las e utilizá-las na sua própria reprodução, conforme descreve Luxemburg (1985 [1913]). Nesse sentido, com base na análise de dados estatísticos da época, Kautsky (1980 [1898]) afirma que a constatação da tendência à concentração da terra nas grandes explorações não significa o desaparecimento total da pequena exploração camponesa. Isto porque onde a concentração de terras se tornasse muito elevada, produz-se-ia contraditoriamente a tendência oposta, de maneira que existiria, na verdade, uma alternância de tendências entre a concentração e o parcelamento de terras e não o desaparecimento definitivo dos pequenos estabelecimentos. Assim, de acordo com o autor, seria incorreto pensar que “a pequena propriedade territorial” estivesse em vias de desaparecimento na sociedade “moderna” (capitalista), ou mesmo que pudesse ser simplesmente substituída pelos grandes estabelecimentos agrícolas (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 186).

---

<sup>4</sup> Na perspectiva adotada pelo autor, “*a evolução da indústria moderna conduz necessariamente ao socialismo*”. Assim, “se a evolução da grande indústria vai no sentido do socialismo, e se ela, na sociedade atual, constitui a influência dominante, ela arrastará para essa transformação, adaptando às suas finalidades, igualmente as esferas incapazes de proporcionar a si mesmas as condições preliminares do advento revolucionário” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 324-325) (Grifos meus).

A família camponesa da Idade Média compunha um tipo de sociedade econômica quase que autossuficiente, uma sociedade que produzia não apenas os seus alimentos básicos para autoconsumo, mas ainda construía a sua casa, os móveis, utensílios domésticos, a maior parte das ferramentas que utilizava, o linho, a lã e as roupas, etc. As idas ao mercado se restringiam à venda dos excedentes produzidos e à compra de itens supérfluos, de maneira que, do mercado poderiam depender a abundância e o luxo, contudo, *jámais a sua existência*. O pior que lhe poderia acontecer seria uma colheita ruim, um incêndio ou a invasão de exércitos inimigos. Por mais que estes fatos constituíssem desafios a serem superados pela família camponesa, “esses golpes do acaso só constituíam um mal passageiro; não secavam as fontes da vida” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 29). As provisões armazenadas os protegiam contra as más colheitas; do gado obtinham o leite e a carne; das florestas e dos rios, variados complementos alimentares. Nas matas poderiam cortar a madeira necessária à construção de uma nova casa, após um eventual incêndio. Em caso de aproximação de inimigos, poderiam esconder-se na floresta com o gado e os bens móveis, para retornar assim que os mesmos se afastassem (KAUTSKY, 1980 [1898]).

Ainda na Idade Média, a evolução da indústria essencialmente urbana determinou a dissolução desse tipo de “sociedade camponesa”. Produzindo ferramentas e instrumentos com a perfeição e a qualidade que a indústria doméstica do camponês não conseguia, a indústria urbana impôs ao campo novas necessidades, tanto mais irresistíveis quanto mais frequentes se tornavam as relações entre a cidade e o campo. A superioridade da indústria urbana fez com que os produtos da indústria camponesa se tornassem, progressivamente, verdadeiros artigos de luxo, os quais o camponês não poderia “dar-se ao requinte de usar e à elaboração dos quais conseqüentemente renunciou” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 31).

De acordo com o autor, a superioridade da indústria capitalista elimina a indústria doméstica camponesa que produz para atender as suas próprias necessidades. Com o avanço desse processo e a conseqüente perda de sentido da indústria doméstica camponesa, aumenta a sua necessidade por dinheiro, não somente para a aquisição de itens dispensáveis ou supérfluos, mas também para gêneros básicos. Com isso, o camponês “não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro” e, diante disso, “o único método mediante o qual ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, levá-las ao mercado para a venda” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 31).

Entretanto, os produtos da sua indústria atrasada não eram os que mais atraíam o interesse do mercado, mas sim aquilo que a indústria urbana não produzia, principalmente *alimentos*. Segundo Kautsky (1980 [1898], p. 32), isso fez com que o camponês fosse “forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: **um agricultor puro**” (Grifos do autor). O aprofundamento desse processo acentuou a separação entre agricultura e indústria, assim como as distâncias percorridas pelos produtos da primeira para a segunda, principalmente alimentos, além de promover um distanciamento cada vez maior da relativa independência de outrora. “O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ele ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 32). Contra as oscilações do mercado, não havia maneira para impedir a baixa dos preços e, “justamente o que lhe fora antes uma benção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 32).

Além disso, quanto mais a produção agrícola se convertia na produção de *mercadorias*, menos era possível ao camponês preservar os mecanismos de venda direta para os consumidores. Quanto maiores as distâncias até os mercados nos quais o camponês comercializava a sua produção, menores as possibilidades para a realização da venda direta e, por conseguinte, maiores as oportunidades de atuação dos *intermediários*. Estrategicamente posicionados entre produtores e consumidores, os comerciantes utilizam o mercado para subjugar e explorar o campesinato (KAUTSKY, 1980 [1898]). Conseqüentemente, apesar da sua permanência na sociedade capitalista, a existência camponesa se dá ao custo de um crescente processo de decomposição e *diferenciação*.

## A “MISSÃO” DO CAPITALISMO E A DIFERENCIAÇÃO DO CAMPESINATO

Publicado na mesma época da obra de Kautsky (1980 [1898]), “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de Lênin (1985 [1899]), analisa o contexto de formação do mercado interno para a grande indústria capitalista russa do final do século XIX, período no qual o processo de diferenciação do campesinato seria de grande importância para o entendimento do seu futuro no âmbito do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Entre as muitas contribuições de Lênin para o entendimento do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, a formulação do conceito de *diferenciação do campesinato* é uma das mais importantes, devido à sua contemporaneidade e, principalmente,

por apontar o futuro dos camponeses em meio a esse processo. Concordando com Kautsky (1980 [1898]), Lênin também vislumbra o caráter progressista do desenvolvimento do capitalismo no campo. Em que pese a sua essência concentradora e segregadora, no contexto analisado por Lênin (1985 [1899]), o capitalismo teria contribuído para o desaparecimento das relações feudais e, com isso, para uma agricultura mais organizada e eficiente.

Para o autor, compreender a “missão” do capitalismo no desenvolvimento econômico da Rússia comportava reconhecer o caráter fundamentalmente progressista desse regime, apesar dos efeitos perversos e das intensas contradições sociais intrínsecas ao desenvolvimento capitalista, que apontavam o seu caráter de transitoriedade. “O histórico papel progressista do capitalismo pode ser resumido em duas palavras: aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste” (LÊNIN, 1985 [1899], p. 373). De tal modo, a evolução do capitalismo conduziria ao desenvolvimento das forças produtivas até o ponto no qual haveriam condições sociais para que tais forças produtivas passassem para o controle social, no bojo da concretização da revolução socialista, na esteira do que também previa Kautsky (1980 [1898]). Segundo Lênin (1985 [1899], p. 35 et seq.), a formação do mercado interno para a produção capitalista se baseia no “processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas”. *No capitalismo, a existência do campesinato acontece de maneira subordinada*. Nesse contexto, a formação do mercado capitalista tem como suporte o processo de diferenciação, definido como “o conjunto das contradições existentes no interior do campesinato” (LÊNIN, 1985 [1899], p. 113). Estas contradições implicariam na divisão dos camponeses em três grupos: **ricos, médios e pobres**:

A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato “médio”, criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o **campesinato rico** englobando os cultivadores independentes (que praticam a agricultura mercantil sob todas as suas formas) [...] Na maioria dos casos, as dimensões da exploração estão acima das possibilidades da força de trabalho da família; por isso, a formação de um contingente de operários agrícolas e, ainda mais, de diaristas, é condição indispensável da existência do campesinato rico. [...] O outro tipo novo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário. Esse tipo envolve o **campesinato pobre**, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Mas o seu representante típico, entre nós, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra. Eis os traços característicos do proletariado rural: possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra, e, ademais, em total decadência (cujo

testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho (= “ofícios” do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao do operário sem terra). [...] O elo intermediário entre os dois tipos do “campesinato” posteriores à reforma é o **campesinato médio** que, sob a economia mercantil, é o grupo menos desenvolvido. Somente em anos bons, com a ajuda de condições muito favoráveis, o trabalho agrícola independente cobre os gastos com a manutenção desse campesinato, que por isso se encontra em situação extremamente instável (LÊNIN, 1985 [1899], p. 115-118). (Grifos do autor)

Nesse sentido, o campesinato rico é aquele com possibilidades materiais de se tornar capitalista, devido aos lucros proporcionados pela exploração dos trabalhadores agrícolas, atividade que gera retornos que tornam possível a expansão da exploração. O campesinato pobre é aquele que, ao não ter êxito na obtenção dos recursos necessários à manutenção da sua família no próprio estabelecimento, é forçado a buscar variadas formas de renda fora da sua propriedade. Para este campesinato pobre, o trabalho acessório realizado em outros estabelecimentos ou mesmo na cidade, compõe a renda que ajuda a assegurar a sua existência, mesmo que em condições de precariedade e subordinação. No limite, o camponês pobre tende a desintegração e proletarização (LÊNIN, 1985 [1899]).

Inserido entre os dois extremos citados anteriormente (camponeses ricos e camponeses pobres), o campesinato médio representa aqueles em condição de constante instabilidade, pois os recursos adquiridos com a exploração do estabelecimento poucas vezes cobrem os gastos efetuados. De tal modo, na ocorrência de colheitas ruins, massas de camponeses médios são lançadas nas fileiras do proletariado. Devido à especificidade das suas relações sociais, o campesinato médio oscila entre o grupo superior, no qual apenas uma pequena minoria consegue adentrar, e o grupo inferior, “para onde o empurra todo o processo de evolução social”<sup>5</sup> (LÊNIN, 1985 [1899], p. 118).

Kautsky (1980 [1898]) destaca também a transferência das conquistas da ciência moderna, sobretudo em relação à mecânica, química, fisiologia vegetal e animal, dos seus centros de origem nas cidades para a utilização na agricultura, como importantes marcos desse processo. Nesse sentido, o autor cita a introdução das máquinas na agricultura entre

---

<sup>5</sup> Como recurso metodológico, o autor relaciona os três tipos derivados do processo de diferenciação do campesinato (ricos, pobres e médios) aos estabelecimentos que empregam mão-de-obra assalariada, os que fornecem mão-de-obra assalariada e os que não empregam nem fornecem, respectivamente (LÊNIN, 1985 [1899], p. 72).



os fatores principais da transformação que se processava: “Os brilhantes resultados obtidos pelo maquinismo na indústria suscitaram naturalmente a ideia de sua introdução na agricultura” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 59). Para tanto, quanto mais altos fossem os salários, mais fácil seria a introdução da mecanização em substituição ao emprego da força de trabalho humana na realização das atividades agrícolas<sup>6</sup>. De maneira diferente, nas regiões onde havia o predomínio de salários reduzidos, mais obstáculos enfrentava a introdução de máquinas na agricultura, devido às vantagens proporcionadas pelo nível reduzido dos salários (KAUTSKY, 1980 [1898]).

A máquina não permite apenas a substituição do trabalho humano, ela ainda executa tarefas nunca realizadas com a perfeição dos produtos da maquinaria. Assim, força e precisão compunham o binômio no qual estava assentada a utilização das máquinas na execução das atividades agrícolas. O arado a vapor, devido à sua grande capacidade de força, está incluído no primeiro grupo, enquanto a semeadeira, os distribuidores de esterco e os depuradores de cereais, no segundo. Em um período de apenas algumas décadas, “a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho [...] tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária das formas de exploração moderna” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 73). Este tipo de “exploração agrícola moderna” é uma exploração fundamentalmente capitalista, pois “nela se revelam os caracteres distintivos do modo de produção capitalista”, como, por exemplo, “a propriedade individual da terra e o caráter de mercadoria que apresentam todos os produtos da lavoura” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 76).

Nesse sentido, Kautsky (1980 [1898]) enfatiza a importância da distinção entre a produção simples de mercadorias e a produção capitalista. A **produção simples** de mercadorias se caracteriza pelo fato dos trabalhadores se apresentarem não apenas como pessoas livres e iguais, mas ainda como proprietários dos seus meios de produção. Enquanto simples produtor de mercadorias, o camponês se apresenta no mercado como um trabalhador que não vive da renda advinda de sua propriedade, mas dos frutos do seu trabalho. O camponês precisa da terra como recurso para transformar o seu trabalho na garantia da sua existência e não para a obtenção do lucro ou renda fundiária. Isso porque, se o resultado da sua produção proporcionar o retorno do montante investido, além do trabalho

---

<sup>6</sup> Impelidos pela carência de trabalhadores na agricultura, os Estados Unidos, junto com a Inglaterra, foram os países que melhor desenvolveram a utilização do maquinismo agrícola (KAUTSKY, 1980 [1898]).

realizado, terá a sua condição de existência assegurada. No caso da **produção capitalista** de mercadorias, o proprietário dos meios de produção e o trabalhador passam a ser representados por sujeitos distintos. Para o capitalista, a produção de mercadorias não custa trabalho, mas dinheiro. Assim, o que determina o preço final não é mais o trabalho investido, mas o montante aplicado na forma de custos de produção<sup>7</sup>. Ou seja, o lucro é o fundamento da produção capitalista, uma *reprodução ampliada do capital*. “É justamente o lucro que faz de qualquer soma de dinheiro um capital. Toda soma de dinheiro empregada de maneira a produzir lucro é capital” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 81).

Portanto, é a análise da fonte de renda do camponês (*o mais-produto*) e do capitalista (*a mais-valia*) que permite compreendermos as prioridades de um e outro. Isso porque, a partir de certo nível de desenvolvimento técnico, a força de trabalho humana é capaz de produzir uma soma de produtos superior àquela necessária à sua manutenção e reprodução. Esse excedente, o mais-produto, resulta do trabalho humano e todo progresso da civilização é condicionado pelo aumento contínuo desse excedente mediante o aperfeiçoamento da técnica utilizada na produção. Se o excedente ficar com o produtor ele poderá ser utilizado para aumentar o bem-estar da família, para o desfrute de prazeres mais ou menos refinados, para a formação de uma reserva, etc. Contudo, o produtor é obrigado a destinar uma parte mais ou menos considerável do seu produto líquido para pagamento de tributos ou mesmo de juros, no caso de enfrentar dificuldades, quando delas se aproveitará o comerciante, figura frequentemente identificada com o próprio agiota (KAUTSKY, 1980 [1898]).

De acordo com o autor, nesta circunstância o comerciante passa a explorar as situações de precariedade, para fazer do camponês livre um assalariado, um produtor a serviço do capitalismo, que não trabalha para si mesmo, mas para o capitalista. Esse trabalhador passa a não viver mais da venda das suas mercadorias, mas da venda da sua força de trabalho. A força de trabalho é convertida, então, em mercadoria, de igual valor ao dos gêneros alimentícios necessários à sua manutenção e reprodução. O excedente que o trabalhador produz acima do valor compreendido ao pagamento da sua própria força de trabalho é transformado, assim, em mais-valia, revertida integralmente para o bolso do

---

<sup>7</sup> Recursos investidos na forma de instalações, matérias-primas, máquinas, ferramentas e força de trabalho, além da margem habitual de lucro. Para o capitalista, o montante de gastos com a produção constitui o custo que funciona como parâmetro para o estabelecimento dos preços que tornam um investimento mais ou menos interessante (KAUTSKY, 1980 [1898]).

capitalista e que, em última instância, constitui o lucro, verdadeiro fundamento da produção e da acumulação capitalista.

### **ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E ECONOMIA FAMILIAR CAMPONESA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

Contrariamente às abordagens que associam o desenvolvimento do modo capitalista de produção à uma inevitável eliminação da pequena exploração camponesa, para Luxemburg (1985 [1913]), da mesma forma que para Kautsky (1980 [1898]), é o próprio capitalismo que trata de assegurar as condições para que seja possível a constante recriação de formas não capitalistas de produção. De acordo com a autora, o desenvolvimento capitalista não se limita apenas ao processo de reprodução das relações capitalistas de produção, posto que **o mesmo necessita subordinar relações não capitalistas para que se efetive a reprodução ampliada do capital**. Para que a acumulação se realize, os capitalistas devem encontrar compradores para as suas mercadorias. Entretanto, estes compradores devem estar além dos próprios capitalistas, pois sem isso ficariam indefinidamente comprando uns dos outros, sem ativar o processo de acumulação do capital. Enquanto processo de ampliação da produção capitalista, a acumulação do capital não pode se realizar apenas no âmbito de objetos de luxo destinados ao consumo da própria classe capitalista, pois isso constituiria um “círculo vicioso interminável” e, assim, não teríamos uma produção capitalista, mas uma “produção pela produção, o que, do ponto de vista do capital, não passará de completo contra-senso” (LUXEMBURG, 1985 [1913], p. 333). Para que a acumulação seja efetivada faz-se necessários meios de produção diversificados, na forma de novos capitais constantes, assim como o controle dos produtos alimentares destinados aos trabalhadores. Isso porque:

Se, como classe, os capitalistas se apresentarem sempre como compradores do volume total de mercadorias que produzem para si (com exceção a parte que devem destinar à classe trabalhadora, para o sustento desta); se os capitalistas se encontram na obrigação constante de pagar essas mercadorias com o próprio dinheiro, forçados que são a “transformar em ouro” a mais-valia contida nessas mercadorias, é claro que na referida classe capitalista é impossível registrar-se qualquer acúmulo de lucros, qualquer que seja. Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar outros compradores que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação.

**Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista** [...] devem ser produtores cujos meios de produção não se incluam na categoria do capital e não pertençam a nenhuma das categorias gerais (dos capitalistas e dos trabalhadores), mas assim mesmo ou de qualquer forma tenham necessidade de mercadorias capitalistas. [...] enquanto admitirmos que a sociedade não apresenta outras camadas senão a dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados, não existirá, para o capitalista enquanto classe (em sua totalidade), possibilidade alguma de se livrar das mercadorias excedentes, condição básica para a conversão da mais-valia em dinheiro, e para a acumulação consequente do capital (LUXEMBURG, 1985 [1913], p. 333-334). (Grifos meus)

Embasada na análise de Marx em “O capital”, a autora afirma que a produção capitalista **não representa** a única e exclusiva forma de produção existente na contemporaneidade. O capital estabeleceu, “desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente”<sup>8</sup> (LUXEMBURG, 1985 [1913], p. 335). A existência de tipos de produção não capitalista pavimentam o substrato no qual se torna possível a acumulação do capital, por meio da subordinação e controle de tais relações, como a produção camponesa, cuja permanência e atualidade são frequentemente questionadas pela corrente teórica da “modernização da agricultura”, cujo maior expoente, no Brasil, é a obra de Abramovay, (1998 [1992])<sup>9</sup>.

Esta vertente entende o desenvolvimento da agricultura estritamente a partir da reprodução das relações capitalistas, sem questionar a luta de classes e a atualidade das relações não capitalistas de produção. Além disso, as profundas desigualdades resultantes das relações capitalistas seriam, de acordo com esta perspectiva, problemas *conjunturais*, ou seja, passíveis de serem resolvidos por meio da promoção de políticas de integração do campesinato ao mercado capitalista. De maneira diferente, a corrente teórica na qual estão respaldadas as análises aqui desenvolvidas, entende os problemas decorrentes da evolução do capitalismo na agricultura como resultantes da sua própria lógica de desenvolvimento ou,

---

<sup>8</sup> Segundo Luxemburg (1985 [1913], p. 12), a realização da mais-valia na forma de dinheiro é condição indispensável para o êxito do processo de acumulação do capital. Nesse sentido, a produção de mercadorias *não compõe* a prioridade do processo de produção capitalista, sendo apenas um meio pelo qual é possível a apropriação da mais-valia. Assim, “enquanto se apresentar sob a forma de mercadoria, a mais-valia será inútil para o capitalista”.

<sup>9</sup> Publicada originalmente no ano de 1992 como tese de doutoramento do autor com o título “*De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*”.

em outras palavras, uma questão *estrutural*. Consequentemente, nesta corrente teórica as análises consideram a busca permanente por estratégias de superação das relações de subordinação e dependência atreladas à inserção do campesinato na agricultura capitalista.

Para ilustrar essa linha de pensamento, Abramovay (1998 [1992]) argumenta que a incompatibilidade das relações camponesas com o mercado capitalista levará inevitavelmente a extinção do campesinato, substituído por outro sujeito social, criado a partir da adoção de “modernas” técnicas que vinculam a agricultura ao atendimento das diretrizes do mercado capitalista e, dessa maneira, fazem surgir a metamorfose que transforma o camponês em *agricultor familiar*. Nas palavras do autor:

**[...] o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998 [1992], p. 131). (Grifos meus)**

Inicialmente, é importante destacar que, para o autor, a importância daquilo que o mesmo denomina como “agricultura familiar” tem por base as realidades da Europa e Estados Unidos. Nesse sentido, forjado na capacidade de inovação e inserção na economia capitalista, o agricultor familiar traria em si os signos do tipo social inteiramente integrado ao mercado. Dessa maneira, “o dinamismo técnico, a capacidade de inovação, a completa integração aos mercados são traços decisivos desta forma contemporânea da agricultura familiar” (ABRAMOVAY, 1998 [1992], p. 160). A ação estatal teria, nesse contexto, importância determinante, pois é ela que influencia desde a uniformização de modelos produtivos até o estabelecimento dos tipos de exploração mais viáveis, de maneira que a renda agrícola se realize em níveis que não pressionem de maneira demasiada os preços dos alimentos. Diante disso, o autor reconhece que “o mercado está longe de ser o fator decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade. A renda agrícola é um tema decisivo de discussão pública e responde a critérios institucionalmente estabelecidos” (ABRAMOVAY, 1998 [1992], p. 202).

Ainda de acordo com Abramovay (1998 [1992]), o campesinato seria portador de um tipo de “racionalidade econômica *incompleta*”, posto que o meio em que o mesmo está

inserido permite que outras relações sociais (para além da dimensão econômica) referenciem a tomada de decisões. Além disso, o campesinato estaria inserido em um tipo de “sociedade *parcial*”, derivada da “capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas”. Logo, no entendimento de Abramovay (1998 [1992]), o campesinato é considerado como “parcial” pelo fato de que, ainda que organizado com base em códigos específicos, nos quais a organização interna foge à racionalidade estritamente econômica, a sua relação com o mundo exterior se dá através de “vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias” (ABRAMOVAY, 1998 [1992], p. 102). Portanto,

Se o campesinato pode ser definido por sua integração *parcial* a mercados *imperfeitos*, sua capacidade de sobreviver no interior de sociedades capitalistas será extremamente precária: o ambiente lhe será hostil. [...] O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social (ABRAMOVAY, 1998 [1992], p. 104-105). (Grifos meus)

Conseqüentemente, na perspectiva adotada pelo autor, o campesinato estaria condenado ao inevitável desaparecimento. Em seu lugar, surgiriam os sujeitos dotados dos recursos necessários para adentrar a utilização das inovações tecnológicas colocadas à disposição da agricultura capitalista, as quais permitiriam a transformação dos camponeses em agricultores familiares. Aos “não contemplados” pelos benefícios das *inovações*, pelo fato de serem “incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1998 [1992], p. 117) e à conseqüente perda dos seus meios de produção, restaria apenas a conversão em trabalhadores assalariados.

É necessário lembrar que, o que Abramovay (1998 [1992]) considera como fraqueza, muito antes, Chayanov (1981 [1924]) já havia descrito como principal trunfo. Ou seja, se para Abramovay (1998 [1992]) as especificidades da economia camponesa o condenam ao desaparecimento, para Chayanov (1981 [1924]) são essas mesmas especificidades que asseguram a atualidade da sua existência. No âmbito dos debates acerca das formas não capitalistas de produção, Chayanov (1981 [1924]) oferece importantes contribuições para o entendimento da permanência do campesinato na sociedade capitalista. Para o autor, a permanência do camponês no capitalismo pode ser compreendida através da presença dos princípios que referenciam a **economia familiar camponesa**. Contrariamente aos que pensam a totalidade dos fenômenos econômicos nos termos da economia capitalista, o autor afirma não ser possível progredir no pensamento econômico apenas com categorias

capitalistas, “pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada” (CHAYANOV, 1981 [1924], p. 133-134). Nas análises próprias às teorias econômicas da sociedade capitalista moderna sobressaem complexos sistemas de categorias econômicas que, por definição, encontram-se “inseparavelmente vinculadas entre si: **preço, capital, salários, juros, renda**” (CHAYANOV, 1981 [1924], p. 136). Tais elementos são funcionalmente interdependentes, de tal modo que, se um elemento é subtraído, “todo o edifício desaba”. Isso se deve ao fato de que, “na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente” (CHAYANOV, 1981 [1924], p. 136).

No caso da exploração agrícola camponesa, por exemplo, a família, equipada com os meios de produção disponíveis, utiliza sua força de trabalho para cultivar a terra. Com isso, recebe como produto do seu trabalho determinada quantidade de bens. Importante destacar que o produto do trabalho familiar varia de acordo com a localização do estabelecimento em relação aos mercados, os meios de produção disponíveis, o número de membros e a composição familiar, a quantidade de terras disponíveis, etc. Nesse sentido, o produto do trabalho familiar é determinado sobretudo pelo tamanho e composição da unidade econômica camponesa, mais especificamente em relação ao número de pessoas aptas para o trabalho. De especial importância é o **grau de auto exploração do trabalho**, por meio do qual os trabalhadores buscam satisfazer as suas necessidades (CHAYANOV, 1981 [1924]).

Para o autor, o grau de auto exploração é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho para tal. Desse modo, enquanto não for atingido o equilíbrio entre a demanda da família e a penosidade do trabalho necessário para satisfazê-la, ou enquanto a penosidade do trabalho for avaliada como de menor importância em relação às necessidades a serem satisfeitas, “a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica” (CHAYANOV, 1981 [1924], p. 139). Ou seja, a exploração familiar camponesa deve utilizar tanto a situação de mercado como as condições naturais, de maneira a conseguir um equilíbrio interno para a família e, com isso, “o mais elevado nível de bem-estar possível”. O autor assevera que, “em inúmeros casos, as peculiaridades estruturais da exploração

familiar camponesa abandonam a conduta ditada pela fórmula costumeira de cálculo capitalista do lucro” (CHAYANOV, 1981 [1924], p. 140). Portanto, o produto do trabalho da família camponesa, assim como a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão acentuada como ocorre na unidade econômica capitalista, posto que o camponês, “ao perceber aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho” (CHAYANOV, 1981 [1924], p. 141).

Quando a força de trabalho da família camponesa supera em alguma medida a demanda do estabelecimento ou mesmo quando a produção familiar fica aquém das necessidades do estabelecimento doméstico, os membros da família podem recorrer a outros tipos de trabalho, no próprio estabelecimento, nas cidades ou ainda em outros estabelecimentos agrícolas. Isso caracteriza o *trabalho acessório*, realizado pelo camponês em atividades que podem ou não estar relacionadas à agricultura. Outrossim, ao considerar diversos tipos de atividades realizadas no campo por períodos quinzenais, Chayanov (1981 [1924]) indica que a realização de atividades não agrícolas pelos camponeses possibilita a obtenção de uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho. Desse modo, por meio do trabalho acessório os camponeses podem obter maiores ganhos com menor desgaste, principalmente por meio da realização de atividades artesanais e de comércio. Nesse sentido, a família camponesa tenta satisfazer as suas necessidades da maneira mais fácil e, por isso, avalia os meios de produção com os quais pode utilizar a sua força de trabalho, de maneira a aproveitar o máximo de oportunidades com as melhores remunerações por unidade de trabalho. Conseqüentemente, ao buscar as melhores remunerações por unidade de trabalho, a família camponesa pode deixar de utilizar (momentaneamente) a terra e os meios de produção que dispõe, desde que outras formas de trabalho proporcionem, no geral, condições mais vantajosas (CHAYANOV, 1974 [1925]).

Desse modo, a realização do trabalho acessório compõe um tipo de estratégia de alocação da força de trabalho referenciada no conjunto de elementos que pesam sobre a família camponesa, sobretudo no que diz respeito a terra, capital e força de trabalho. Isso expressa a racionalidade de um processo decisório cuja prioridade é a manutenção do equilíbrio entre o desgaste do trabalho e a satisfação das necessidades familiares. Essa racionalidade materializa o que Chayanov (1974 [1925]) denomina como sistema de fatores de produção tecnicamente ótimo. Ou seja:



En el esquema de los elementos orgánicos armoniosamente desarrollados en la empresa de explotación doméstica campesina la fuerza de trabajo de la familia es algo dado y los elementos productivos de la unidad se fijan de acuerdo con aquélla, en la armonía técnica usual entre ellos. En situación de libertad para adquirir el área necesaria de tierra cultivable y con la posibilidad de disponer de los medios de producción necesarios, las unidades campesinas de explotación se estructuran para ajustarse al óptimo grado de autoexplotación de la fuerza de trabajo familiar y en un sistema de factores de producción técnicamente óptimo en lo que respecta a su tamaño y a la relación entre las partes. Cualquier exceso en los medios de producción o en la tierra disponible que supere el nivel técnicamente óptimo constituye una carga excesiva para la empresa. [...] La productividad debida a un aumento en la intensidad del capital no puede elevarse cuando ya es óptima en sí misma la cuota de *abastecimiento* que se ha logrado (CHAYANOV, 1974 [1925], p. 99). (Grifos do autor)

Entretanto, o autor destaca que, com frequência, a terra ou os meios de produção disponíveis são inferiores ao ótimo requerido e insuficientes para a utilização da totalidade da força de trabalho familiar. Qualquer elemento produtivo cuja disponibilidade seja inferior ao demandado pela harmonia técnica da exploração camponesa se converte em fator determinante para a o futuro do estabelecimento. Enquanto a unidade de exploração não conseguir elevar este fator do nível mínimo ao ótimo, a intensidade do trabalho se ajustará ao seu tamanho. Desse modo, quando a terra é insuficiente e se converte em fator mínimo, se reduz proporcionalmente o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração familiar. Ao não encontrar ocupação agrícola no seu próprio estabelecimento, os membros da família se voltam para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não agrícolas para dar conta das necessidades da família não satisfeitas com os ganhos da unidade de exploração doméstica (CHAYANOV, 1974 [1925]).

Com o objetivo de converter a massa camponesa em consumidora das suas mercadorias, o capital busca restringi-la a apenas um setor específico, ao qual não pode apossar-se de imediato, a agricultura. O capitalismo combate e elimina, onde é possível, a economia natural e a produção de subsistência, assim como as formas combinadas de agricultura e artesanato, implantando em seu lugar a economia mercantil, à qual o capitalismo necessita para realizar a mais-valia. Alargada a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, tem início a luta do capital contra esta última. Dessa maneira, “**após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado**” (LUXEMBURG, 1985 [1913], p. 275). Admitindo que o capitalismo se alimenta de formas

econômicas não capitalistas, temos que reconhecer que ele o faz ao preço da ruína de tais formas. Historicamente, a acumulação do capital se caracteriza como processo de troca entre elementos capitalistas e não capitalistas e, por este ângulo, significa a mutilação e assimilação dos segundos pelos primeiros. Disso “resulta que **a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas** [...] Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação do capital” (LUXEMBURG, 1985 [1913], p. 285).

Ausentes as condições descritas acima (sobretudo em relação à existência de formas econômicas não capitalistas), a acumulação do capital torna-se impossível. Sob a ótica capitalista, a inexistência da acumulação implica na impossibilidade do desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, no declínio do próprio capitalismo. Logo, o processo de acumulação do capital não corresponde a uma simples relação entre os dois ramos da produção capitalista (departamento dos meios de produção e departamento dos meios de consumo), mas principalmente a “**uma relação entre o capital e o meio não-capitalista**” (LUXEMBURG, 1985 [1913], p. 285) (Grifos meus).

Analisado à luz da atual fase de desenvolvimento do capitalismo, o constructo teórico de Luxemburg (1985 [1913]) sobre a acumulação do capital enseja questionar os limites e, sobretudo, a atualidade do processo descrito pela autora. Em outras palavras, a dependência do capital em relação às formas econômicas não capitalistas e ao processo de acumulação primitiva<sup>10</sup> constituem apenas *uma fase* circunscrita ao período inicial de desenvolvimento do capitalismo ou, de outro modo, compõe um processo histórico inerentemente sintonizado ao atual estágio das relações capitalistas? Para Arendt (1968, p. 15-28), “o pecado original do roubo, que séculos antes tornara possível ‘a acumulação do capital’ (MARX) e dera início a toda a acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente” (HARVEY, 2004, p. 119) (Grifos meus). Em concordância com Arendt (1968), o autor afirma que as características da acumulação primitiva “original” continuam “fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2004. p. 121). Entretanto, no lugar do

---

<sup>10</sup> O processo de **acumulação primitiva do capital** contempla um grande conjunto de processos, que compreendem a “mercadificação” e a privatização da terra, expulsão de populações camponesas, transformação de direitos comuns em direitos privados, “mercadificação” da força de trabalho, supressão de formas alternativas de produção e consumo, **processos imperiais de apropriação** de ativos, a usura, a dívida nacional e o sistema de crédito, dentre outros (HARVEY, 2004, p. 121).

“*subconsumo*”, ao qual Luxemburg (1985 [1913]) elegera à sua época como motor das crises de acumulação do capital, o autor aponta para a teoria da “*sobreacumulação*”, de acordo com a qual a ausência de oportunidades de investimentos lucrativos constitui-se como o problema fundamental (HARVEY, 2004). Portanto, é imprescindível avaliar a importância e atualidade da acumulação primitiva ou como prefere Harvey (2004), da *acumulação por espoliação*, no processo histórico de acumulação do capital. Segundo o autor:

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financeirização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos e violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de comportamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países (como a Coreia do Sul, Taiwan e, agora, de maneira ainda mais dramática, a China) que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos. Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financeirização e do comércio livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria liberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição (HARVEY, 2004. P. 129).

No âmbito das ideias de Luxemburg (1985 [1913]), o autor indica que o modo de produção capitalista “**requer efetivamente algo ‘fora de si mesmo’ para acumular**”. Nesse sentido, “a ideia de que algum tipo de ‘exterior’ é necessário à estabilização do capitalismo tem por conseguinte relevância” (HARVEY, 2004, p. 118) (Grifos meus). Isso porque o desenvolvimento capitalista pressupõe a existência de um tipo de fundo de ativos *fora de si mesmo*, sem o qual é impossível “enfrentar e contornar as pressões de sobreacumulação”. Assim, na sua permanente busca por acumulação, o sistema capitalista pode recorrer, simultaneamente, a tipos de “exteriores” preexistentes, tais como as **formações sociais não capitalistas** (como o campesinato), conforme descrito por Luxemburg (1985 [1913]) ou mesmo a setores do próprio capitalismo, como a educação, a saúde, previdência, entre outros (HARVEY, 2004, p. 119). A privatização desses serviços compõe parte importante do processo atualizado de acumulação primitiva do capital, descrito por Harvey (2004) como acumulação por espoliação. Portanto, alguns dos

elementos da acumulação primitiva “original” foram mantidos enquanto outros foram atualizados e aperfeiçoados, para que pudessem cumprir hoje uma função ainda mais estratégica. O sistema de crédito e o capital financeiro se transformaram, como já observara Luxemburg (1985 [1913]) no início do século XX, em “grandes trampolins de predação, fraude e roubo” (HARVEY, 2004, p. 122).

De tal modo, enquanto forma de produção não capitalista e, sujeita às adversidades das relações que à subordinam, a família camponesa resiste e, para isso, utiliza o seu principal trunfo: a economia camponesa. Na prática, isso quer dizer que o campesinato pondera, constantemente, os meios de produção com os quais pode utilizar a sua força de trabalho, de tal maneira que seja possível aproveitar todas as oportunidades que ofereçam remuneração relativamente elevada. Por conseguinte, é frequente que, ao buscar a remuneração mais elevada por unidade doméstica de trabalho, a família camponesa deixe inutilizada a terra e os meios de produção, desde que outras formas de trabalho proporcionem condições gerais mais vantajosas. Portanto, a unidade econômica camponesa compara as possibilidades disponíveis e elege para a utilização da sua força de trabalho as oportunidades agrícolas e não agrícolas que garantam, no todo, a mais elevada remuneração. Ou seja, a divisão do trabalho da família camponesa entre atividades agrícolas e não agrícolas se realiza de acordo com a situação específica do mercado em cada um destes ramos. Pelo fato de a relação entre essas duas situações de mercado ser dinâmica e inconstante, igualmente o é a relação entre o consumo de força de trabalho em atividades artesanais, de comércio e agrícolas (CHAYANOV, 1974 [1925]).

É imprescindível destacar que, para Chayanov (1981 [1924], p. 159), a análise embasada na economia capitalista abrange apenas **uma** economia específica (a capitalista), de tal modo que não pode “ser estendida a outras formas de organização da vida econômica” (como a economia familiar camponesa). Segundo o autor, esse tipo de generalização da teoria econômica moderna cria ficções e atrapalha a compreensão da lógica das **formações econômicas não capitalistas**<sup>11</sup>. Cada sistema econômico possui características específicas quanto a sua natureza, de maneira que qualquer tentativa de os entender à luz de uma suposta

---

<sup>11</sup> Em sua análise, Chayanov (1981 [1924]) considera seis tipos de sistemas econômicos: O capitalismo, a economia familiar (mercantil e natural), a economia escravista, a economia servil de censo, o sistema feudal (economia senhorial e camponesa) e o comunismo.

teoria econômica universal e generalizadora pode apenas resultar em doutrinas gerais e vazias de conteúdo (CHAYANOV, 1981 [1924]).

A partir disso, podemos compreender porque o camponês pode estar inserido no mercado capitalista e, mesmo assim, não figurar como capitalista. A produção capitalista é caracterizada pela especificidade da mão de obra empregada no acionamento do processo produtivo, no qual acontece a apropriação da mais-valia. Enquanto o camponês utiliza principalmente a força de trabalho familiar, o produtor capitalista paga pela mão de obra de trabalhadores expropriados dos seus meios de produção, de maneira a produzir com o emprego de trabalhadores assalariados, o que permite tanto a produção como também a apropriação da mais-valia resultante do processo de trabalho capitalista. Essa mais-valia apropriada permite a **acumulação**, desde que o capitalista consuma apenas uma parte dos lucros obtidos. Além disso, uma parte deverá compor uma reserva e outra empregada no aumento do capital. Para Kautsky (1980 [1898], p. 164), “esse movimento combina-se com outro, a reunião de pequenos capitais diversos num grande capital – a **centralização** de capitais”.

Diferentemente da indústria, na qual a acumulação precede à centralização e uma grande empresa pode ser constituída sem que sejam afetados, necessariamente, capitais menores preexistentes, na agricultura, onde predomina o pequeno estabelecimento a incorporação dos estabelecimentos menores é condição imprescindível para que ocorra a formação das grandes explorações agrícolas. Ou seja, “o desaparecimento de muitas explorações minúsculas é assim a condição prévia indispensável para a existência de uma grande exploração” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 165). Entretanto, isso não explica tudo. Para que se concretize a formação de uma grande exploração agrícola onde haja domínio dos pequenos estabelecimentos, impõem-se que as parcelas expropriadas componham uma superfície contígua, o que dificilmente acontece. Disso resulta que, um banco poderá adquirir em hasta pública centenas de pequenos estabelecimentos e não poderá, entretanto, fazer deles um grande estabelecimento, posto que a ausência de contiguidade implica na permanência do fracionamento do solo. Ainda que o grande e o pequeno estabelecimento se justaponham, o primeiro nem sempre conseguirá, com facilidade, ampliar-se em detrimento do segundo (KAUTSKY, 1980 [1898]).

Diante da precarização causada pela ruína da indústria camponesa que antes supria (mesmo que parcialmente) as necessidades da família, o camponês é obrigado a buscar o

complemento da sua renda por meio da realização de diversos **trabalhos acessórios**. Com isso, “ele enfrenta as suas necessidades de dinheiro vendendo não o excesso dos seus produtos, mas o seu excesso de tempo” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 187). Por outro lado, a manutenção da propriedade da pequena exploração, mesmo que em condições de precariedade e submetido a relações de subalternidade, permite aos camponeses relativa independência em relação aos comerciantes de alimentos. Entretanto, ela não os protege da exploração dos capitalistas industriais ou agrícolas. Disso podemos concluir que, em que pesem os obstáculos impostos pelo processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção para a pequena propriedade agrícola, diferentemente do que ocorre com o movimento do capital comercial ou industrial, “na agricultura a tendência à concentração das explorações não acarreta o desaparecimento total da pequena propriedade” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 197).

Portanto, faz-se necessário enfatizar que, para Kautsky (1980 [1898]), o único caminho no qual se vislumbrava a eliminação da pequena propriedade agrícola, tal qual das formas capitalistas de produção, estava posto na ascensão dos grandes estabelecimentos socialistas, ou seja, condicionada à concretização da revolução socialista. Nesse sentido, existiria no desenvolvimento capitalista um caráter marcadamente progressista, pois o mesmo seria dotado das relações necessárias para a construção das bases que permitiriam o êxito do projeto socialista. De tal modo, a grande empresa socialista não expropriaria o pequeno camponês, mas o arrancaria do “inferno em que a sua propriedade privada hoje o acorrenta” (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 329).

Neste ponto, com base nas ideias apresentadas por Luxemburg (1985 [1913]), podemos pensar que, enquanto forma de produção não capitalista, o campesinato é criado e recriado pelo próprio modo capitalista de produção para, posteriormente, ser subordinado via mecanismos de mercado. Portanto, a permanência do campesinato na agricultura capitalista pode ser entendida como produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital, posto que “a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 1986, p. 67). Assim considerada, a *produção* do capital nunca é decorrente de relações especificamente capitalistas, fundadas em categorias como trabalho assalariado e capital, pois estas constituem apenas o processo de **reprodução ampliada** do capital. A produção do capital, diferentemente,

compõe uma espécie de **acumulação primitiva permanente** e imprescindível ao seu desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocarem ênfase na profunda pobreza e desigualdade social provocadas pelo processo de desintegração do campesinato inerente ao desenvolvimento do capitalismo no campo, tanto Kautsky (1980 [1898]) quanto Lênin (1985 [1899]) contribuem para o entendimento de problemas que, ainda hoje, compõem a questão agrária como um processo conflitivo constantemente renovado entre capital e trabalho. Da mesma maneira, ao detalhar a importância das formações econômicas não capitalistas no processo de permanente acumulação do capital, Luxemburg (1985 [1913]) mostra a atualidade e imprescindibilidade das relações camponesas nas sociedades contemporâneas. Igualmente, ao chamar à atenção para os limites da análise restrita ao arcabouço da economia capitalista, Chayanov (1974) coloca luz sobre outras formas de produzir, nas quais se encontram ausentes categorias como salário e lucro.

Portanto, a análise e compreensão do desenvolvimento do campesinato na agricultura capitalista pressupõe não apenas de um, mas de vários sistemas teóricos e metodológicos, sintonizados ao acervo de possibilidades econômicas que revelam formas de coexistência e evolução e não na elaboração de uma única teoria universal da vida econômica. Dessa maneira, a análise do campesinato a partir da economia familiar pressupõe considerar a flexibilidade que caracteriza a unidade de produção camponesa, que utiliza mais ou menos esforço de acordo com a demanda da família, de modo a garantir, da melhor maneira possível, a reprodução do grupo familiar, esta sim, prioridade da produção camponesa.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), pelo apoio financeiro que permitiu a elaboração da Tese de Doutorado que fundamentou a construção deste artigo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998 [1992].

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 [1925].

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 [1898].

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1899].

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1913].

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1. Ed., São Paulo; Porto Alegre: UNESP; UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

VALÉRIO, V. J. de O. **Agonia da comida: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrúteis no estado de São Paulo (2006-2017)**. 2019. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

Submetido em março de 2021

Aceito em abril de 2021